

GLOCAL2009 - Pensar global, Agir local

Conferência Nacional sobre Agenda 21 Local

Centro de Congressos do Estoril, 23 e 24 de Setembro de 2009

Participação Pública para o Desenvolvimento Sustentável de Oliveira do Bairro

Valente, S.*; Ribeiro, C. & Coelho, C.

* CESAM – Centro de Estudos do Ambiente e do Mar, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro, 3810-193 Aveiro; Tel.+351234370349; Fax: +351234370309, E-mail: sandra.valente@ua.pt.

O desafio da participação pública reside na criação de consensos em torno de objectivos, problemas e soluções e na partilha da tomada de decisão pelos diversos agentes envolvidos [1]. Por sua vez, a utilização dos recursos naturais, económicos, sociais e humanos requer decisões informadas, operativas e sustentáveis e é neste contexto que se insere o processo de Agenda 21 Local (A21L), que apela à participação de todos os cidadãos, organizações locais e empresas para a definição e implementação de um Plano de Acção que visa o Desenvolvimento Sustentável.

A presente comunicação tem como principal objectivo discutir a metodologia utilizada e os resultados alcançados na Agenda 21 Local de Oliveira do Bairro (A21L de OLB), em particular no que respeita à participação dos agentes e das populações locais neste processo. Esta abordagem participativa assentou, por sua vez, na vontade de actuar de forma mais estruturada e profunda, combinando um processo de aprendizagem social conjunta com a utilização de uma ferramenta de apoio à decisão.

O concelho de Oliveira do Bairro, localizado na Região Centro de Portugal, tem seis freguesias e uma densidade populacional de 242 hab/km² [2]. Este município destaca-se pela localização geográfica privilegiada, factor que despoletou, nas últimas décadas, um grande crescimento demográfico, urbanístico e económico, transitando de um concelho tradicionalmente rural, onde a agricultura era uma das actividades dominantes, para um concelho com uma forte componente industrial.

A primeira etapa da A21L de OLB foi desenvolvida em 18 meses, em parceria entre a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e a Universidade de Aveiro. Seguindo uma estrutura tradicional em termos dos processos de A21L, procurou-se partilhar e negociar as decisões para o desenvolvimento sustentável do município com os agentes e cidadãos locais, estabelecendo momentos de consulta e participação pública em todas as fases do processo, recorrendo a metodologias e técnicas de participação diversificadas e adequadas aos objectivos propostos em cada fase.

A apresentação e disseminação da A21L de OLB acompanhou todo o processo, tendo sido um aspecto crucial para fomentar a participação e para o sucesso da A21L.

A consulta dos cidadãos é considerada uma forma de envolvimento importante, onde as pessoas são ouvidas, podendo influenciar a tomada de decisão, mas não garantindo uma mudança efectiva [3], ou um compromisso para a acção. Neste sentido, a consulta pública da A21L de OLB foi realizada na fase de diagnóstico, através da implementação de Inquéritos por Questionário e Inquéritos por Entrevista, onde os contributos da população em geral e dos agentes chave foram essenciais para a identificação das oportunidades e constrangimentos, existentes ao nível do concelho e das freguesias.

Em termos da participação activa dos agentes e cidadãos, a escolha da escala, do período e das técnicas de participação foram considerados determinantes para o sucesso das acções de participação. Numa primeira fase, foram realizados sete fóruns de participação para a hierarquização dos problemas e oportunidades do município e para a selecção dos vectores estratégicos para o desenvolvimento sustentável do concelho. A identificação e avaliação das acções tiveram lugar num fórum de participação sectorial, recorrendo a um software de apoio à decisão. Neste último fórum foram ainda identificados os parceiros para a implementação destas acções, tendo sido constituídas cinco Agências Mobilizadoras da Acção (AMAs-OLB), como entidades promotoras do Plano de Acção da A21L de OLB.

O sucesso da abordagem participativa desenvolvida na A21L de OLB apenas poderá ser medido pela concretização e eficácia das acções, no entanto a avaliação dos fóruns e das actividades realizadas no âmbito da A21L, permitem afirmar que estiveram envolvidos activamente cerca de 1,5% da população residente no município, na sua maioria eleitos locais, empresários, representantes de associações e escolas. No processo de monitorização da A21L de OLB espera-se alguma atenção reflectida na avaliação dos efeitos reais da participação, área onde ainda existe pouca experiência de investigação [3].

[1] Appelstrand, M. (2002). Participation and societal values: the challenge for lawmakers and policy practitioners. *Forest Policy and Economics*, 4(4), 281-290.

[2] INE (2001). Recenseamento Geral da População. www.ine.pt

[3] Buchy, M., & Hoverman, S. (2000). Understanding public participation in forest planning: a review. *Forest Policy and Economics*, 1, 15-25.